

UMA HISTÓRIA SOCIAL DE UBERABA (MG)

A SOCIAL HISTORY OF UBERABA (MG)

*André Azevedo da Fonseca**

andre.azevedo@uel.br

RESUMO: O artigo efetua uma revisão bibliográfica de teses e dissertações recentes que analisaram a História de Uberaba, cidade localizada no Oeste de Minas Gerais. O objetivo é sistematizar os resultados dessas pesquisas para compreender questões como as práticas de violência empregadas pelas elites em nome da civilização; as contradições do coronelismo na região; os procedimentos de violência simbólica das elites agrárias; as estratégias de coerção social, preconceito e xenofobia empregadas nessa sociedade; assim como as lutas contra-hegemônicas travadas por novos atores do período de renascimento urbano dos anos 1930/40. Com isso, pretendemos oferecer subsídios para pesquisas interessadas em estudar as tensões, as representações e os antagonismos que constituem a história da sociedade de Uberaba, do Oeste de Minas Gerais e da região central do país, sob a ótica da História Cultural e Social

PALAVRAS-CHAVE: Uberaba; Minas Gerais; Coronelismo; Mandonismo; História social.

ABSTRACT: This paper makes a literature review of recent theses and dissertations that examined the history of Uberaba, a city located in western Minas Gerais. The purpose is to systematize the results of these researches to understand the practice of violence employed by the elites in the name of civilization, the contradictions of colonelism in the region, the procedures of symbolic violence of

* Doutor em História pela Unesp e pós-doutor pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ). Professor adjunto no Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

the agrarian elites, the strategies of social coercion, prejudice and xenophobia employed in this society, as well as counter-hegemonic struggles waged by new actors in the urban renaissance period of the years 1930/40. We intend to encourage projects in the fields of social and cultural history interested in studying the social tensions, the antagonisms and the representations that constitute the history of the society of Uberaba and, indirectly, of the West of Minas Gerais and center of the country.

KEYWORDS: Uberaba, Minas Gerais, Colonelism, Mandonismo, Social History

INTRODUÇÃO

Nos recorrentes artigos historiográficos, memorialísticos, jornalísticos ou literários que procuram discutir, registrar, difundir ou celebrar uma “história oficial” de Uberaba (MG), é comum observar que, a despeito da relevante produção acadêmica realizada sobretudo nos programas de pós-graduação da UFU e da Unesp/Franca nos últimos anos, parte significativa daqueles textos ainda se baseiam fundamentalmente nas obras de três memorialistas editados pela Academia de Letras do Triângulo Mineiro nos anos 1970, consagrados pelas gerações anteriores de pesquisadores. Assim, por tradição intelectual, quando se fala em História de Uberaba, Sampaio (1971), Mendonça (1974) e Pontes (1978) são apresentados como referências indispensáveis – ou mesmo suficientes – para a reconstituição dessa história. Tendo em vista que Uberaba é uma das mais antigas cidades do Triângulo Mineiro, além de ter sido a principal cidade do Oeste mineiro até meados do século XX, servindo como uma espécie de rota de passagem obrigatória para desbravadores de Goiás e Mato Grosso, o estudo da história da cidade se mostra relevante para a compreensão histórica de uma vasta região do chamado Brasil Central.

Sem negar a contribuição dos memorialistas e, ao contrário, reconhecendo a importância daquelas edições para a historiografia de Uberaba e do Triângulo Mineiro, procuraremos, nesse artigo, contribuir

para levantar outras questões da história social de Uberaba recorrendo aos debates propostos por uma série de trabalhos acadêmicos produzidos recentemente. Nosso objetivo é fomentar a discussão sobre temas tais como as práticas de violência empregadas em nome da civilização; a ocupação das terras pelas famílias fundadoras; o apogeu e declínio econômico de Uberaba; as dimensões sociais e contradições do coronelismo na cidade; as origens da cultura de exibição da opulência das elites agrárias; as práticas de coerção social, preconceito e xenofobia empregadas nessa sociedade; e as lutas contra-hegemônicas travadas pelos novos atores do período de renascimento urbano contra a cultura política dos fazendeiros tradicionais. Assim, esperamos contribuir para o desenvolvimento de trabalhos de História Cultural e Social que se preocupem em abordar as tensões normalmente evitadas pela memorialística oficial.

VIOLÊNCIA E CIVILIZAÇÃO

No início do século XVIII, a região atualmente conhecida como Triângulo Mineiro era um sertão inóspito, repleto de quilombos e de agrupamentos de índios Caiapós. Mas as descobertas de jazidas auríferas no Oeste mineiro e em Goiás provocaram uma verdadeira política de extermínio desses povos. Como mostra Lourenço (2005) – um geógrafo que, utilizando um conjunto significativo de fontes primárias contribuiu decisivamente para redefinir a história da ocupação regional – a guerra contra os quilombolas tornou-se uma das prioridades do governo de Minas entre 1746 e 1769, quando Ignácio Correia Pamplona destruiu os últimos quilombos importantes da região. O governo da capitania de Goiás, por sua vez, para garantir o tráfego entre São Paulo e Goiás pelo caminho do Anhanguera, contratou o sertanista Antônio Pires de Campos, o moço, que em 1749 efetuou uma violenta campanha de extermínio e apresamento, até expulsar os índios do trecho da estrada entre os rios Paranaíba e

Grande – precisamente naquela região que, entre o final do século XVIII e início do XIX, passaria a ser denominada Sertão da Farinha Podre.

Com o desaparecimento dos índios e dos quilombolas, criaram-se condições para o estabelecimento de povoados que passaram a girar em torno da exploração do ouro. Por volta de 1760, em torno das jazidas do rio das Velhas, fronteira entre as capitanias e São Paulo, Minas Gerais e Goiás, formou-se o arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, que logo se tornou um movimentado núcleo de exploração aurífera. É muito provável que a prosperidade do povoado tenha sido consequência de sua transformação em centro de contrabando de ouro, o que provocou sérios conflitos entre as capitanias de Minas e Goiás. Ficaram famosas nessa época as peripécias do padre Marcos Freire e de seu vigário, Félix Soares, notórios contrabandistas que abriam picadas clandestinas para burlar a fiscalização do governo mineiro (LOURENÇO, 2005, p. 115).

Quando o centro minerador do arraial do Desemboque entrou em decadência, muitos habitantes foram forçados a explorar novas terras a Oeste. Nessa leva migratória, o sertanista José Francisco de Azevedo e outros homens fundaram um núcleo populacional às margens do Ribeirão do Lajeado, que ficou conhecido como Arraial da Farinha Podre. (SAMPAIO, 1971, p. 124). O sargento-mor Antônio Eustáquio Silva Oliveira, que em 1809 fora nomeado regente dos Sertões da Farinha Podre e curador dos índios pelo governo de Goiás, organizou uma entrada, alcançou o Ribeirão da Prata e espoliou definitivamente a terra dos Caiapós. Em 1811 uma segunda bandeira assegurou as posses em outra região, próxima ao córrego das Lajes. Os habitantes do arraial e uma leva de emigrantes da região central da província de Minas Gerais – os chamados geralistas – logo se transferiram para as imediações do retiro do prestigiado Antônio Eustáquio e rapidamente a povoação assumiu proporções consideráveis: em 1820 foi elevada à condição de freguesia, em 1836 tornou-se vila e em 1856 alcançou o status de cidade (SAMPAIO, 1971, p. 46). Segundo Lourenço, a nomeação de Antônio Eustáquio como curador dos índios selou o destino

dos Caiapós: na segunda metade do século XIX, já não havia registros de indígenas no Sertão da Farinha Podre. (LOURENÇO, 2005, p. 73).

Devido à sua localização geográfica, assim como às boas terras e pastagens, tendo em vista o esgotamento do solo nas regiões de extração de outro, houve uma verdadeira corrida por sesmarias na região. Como observa Rezende (1983), as terras eram quase sempre doadas ou vendidas por um preço irrisório e não eram oneradas com impostos. Sampaio (1971, p. 124) menciona que algumas dessas posses foram vendidas a troco de um casal de leitões. Isso fez com que alguns poucos patriarcas de prestígio se tornassem proprietários de fazendas muito extensas, firmando assim um domínio territorial através de clãs familiares. A ascendência da pecuária consolidou o poder dos fazendeiros que, mais tarde, monopolizariam também as atividades comerciais. Dessa forma, a população acabou por dedicar-se à atividade pastoril e à agricultura de subsistência. “Foi a pecuária e não a agricultura que surgiu como primeira opção econômica da região e foi a responsável pela configuração dos traços que marcaram a sociedade e a cultura que então se formaram.” (REZENDE, 1983, p. 26).

A cultura de subsistência indica que a produção agrícola não tinha valor econômico, principalmente porque não existiam condições de escoamento, tendo em vista a precariedade das vias de transporte. Mas o crescimento populacional e a projeção da cidade como entreposto de comércio de gado fez com que Uberaba se tornasse passagem obrigatória de mercadores e se destacasse como centro abastecedor das regiões compreendidas pelo Triângulo Mineiro e as fronteiras de Goiás e Mato Grosso. Em pouco tempo, essa dinâmica forçou os fazendeiros a se preocupar com a instalação de vias de transporte. Deste modo, com a inauguração de algumas estradas e rotas fluviais ligando Uberaba ao interior paulista, goiano e mato-grossense, a economia da cidade se desenvolveu substancialmente.

Na medida em que a pecuária se expandia, o sal, empregado tanto na ração como na conservação da carne, tornou-se uma mercadoria bastante procurada. Naquele período, negociantes mineiros traziam sal e

ferro do Rio de Janeiro e compravam couro, algodão e gado na região. Simultaneamente, com a expansão do café no Oeste paulista na década de 1840, tornava-se necessário solucionar a questão do transporte até o Porto de Santos. No contexto dessas necessidades foram estabelecidas vias de acesso partindo da província de São Paulo rumo ao rio Grande, na fronteira com o Triângulo. Com essas novas vias, o sal e outros gêneros importados pelos portos fluminenses e pelo Porto de Santos passaram a chegar em Uberaba por preços mais baixos do que aqueles praticados pelos mineiros, fortalecendo com isso a ligação da cidade com os paulistas.

APOGEU E DECLÍNIO ECONÔMICO DE UBERABA

Uberaba acabou por se tornar um movimentado mercado salineiro no interior. Em meados do século XIX a região de Rio Verde, na província de Goiás, destacou-se na criação de gado e estabeleceu um forte intercâmbio econômico com os uberabenses. Comerciantes goianos e mato-grossenses também começaram a abastecer-se de sal e de outros produtos manufaturados na cidade (REZENDE, 1983, p. 32). Contudo, a partir de 1858, diversos fatores viriam a enfraquecer a economia local. Os goianos abriram uma nova rota comercial pelo rio Araguaia, a exploração de ouro na região de Bagagem atraiu as famílias uberabenses, a elevação do custo do sal no Porto de Santos desestimulou a pecuária e a navegação pelo Rio Paraguai estabeleceu uma ligação direta entre o interior paulista e o Mato Grosso, tirando Uberaba da rota. Para Rezende, essa estagnação do comércio pode ser explicada pelas próprias características da economia uberabense, inserida em uma região dependente, que teve sua modernização ameaçada quando se alteraram as condições que favoreciam seu desenvolvimento.

Contudo, a circunstância que contribuiria para a recuperação da cidade estava prestes a explodir: trata-se da Guerra do Paraguai (1865-1870). Com as movimentações das tropas, Uberaba transformou-se em

ponto de passagem obrigatório rumo ao Mato Grosso. Já em 1865, o município chegou a aquartelar um Corpo Expedicionário enviado para invadir aquele país ao norte, na Expedição da Laguna. Como a navegação no Rio Paraguai havia sido obstruída, a cidade voltou servir de entroncamento na rota comercial entre São Paulo e Mato Grosso, tornando-se também a principal ligação entre a Corte e as províncias centrais. “A partir da Guerra do Paraguai, Uberaba passou a ser um verdadeiro centro urbano comercial, embora sua aparência ainda permanecesse provinciana e o município mantivesse traços eminentemente rurais.” (REZENDE, 1983, p. 50).

A expansão da cafeicultura pelo Oeste paulista atraiu imigrantes, favoreceu uma economia de salários em dinheiro, financiou a industrialização e estimulou a urbanização naquela região. Essa circulação econômica implicou na necessidade de um investimento pesado em infraestrutura de transportes. Conseqüentemente, a construção de uma rede ferroviária para realizar o escoamento da produção cafeeira tornou-se fundamental. Dentre as ferrovias brasileiras, a *Cia Paulista de Estrada de Ferro* e a *Cia de Estrada de Ferro Mojiana* – ambas construídas em função dos interesses do café – desempenharam papel importante na vida econômica do país. Enquanto a primeira atendia o interior paulista, a segunda buscava alcançar Goiás e Mato Grosso para ligá-las a São Paulo ao Rio de Janeiro. Autorizada em 1872, a Mojiana em pouco tempo alcançaria diversas cidades do interior: Casa Branca (1875), São Simão (1880), Ribeirão Preto (1883), Franca (1887), Jaguara (1888) e Uberaba (1889).

Historiadores e memorialistas regionais são unânimes ao afirmar que a chegada da Mojiana em Uberaba levou o município ao apogeu comercial. A ferrovia permitiu que os fazendeiros transferissem suas residências para a cidade, que logo se tornaria o ponto das decisões políticas do município. A Mojiana trouxe ainda o telégrafo, barateou os fretes e desencadeou um significativo processo modernizador, expresso em um conjunto de melhoramentos urbanos, tais como hotéis, teatros, cafés, restaurantes, além de jardins, sistemas de calçamento e iluminação pública. Evidentemente, tratava-se de melhorias bem localizadas, pois fora do

núcleo urbano a população sertaneja continuava submetida às mesmas condições de vida.

Como se tratava de uma empresa paulista, a ferrovia também reforçou as relações de dependência do Triângulo em relação a São Paulo e, conseqüentemente, afrouxou ainda mais as ligações com a capital mineira. Além do desenvolvimento comercial, a estrada de ferro contribuiu para um considerável incremento populacional, reforçado por uma importante emigração de estrangeiros, principalmente italianos.

Mas não era interessante, para os objetivos dos cafeicultores, que a ferrovia terminasse em Uberaba: era necessário prosseguir a “marcha capitalista” – até porque, como mostra Lourenço, havia subsídios interessantes para a expansão. Assim, em dezembro de 1895 a Mojiana estenderia seus trilhos a Uberabinha e, no ano seguinte, chegaria a Araguari. A partir daí, Uberaba perderia o status de terminal de estrada de ferro e viu sua economia fortemente abalada, pois Goiás e Mato Grosso passaram a negociar diretamente com essas duas novas praças. A crise atingiu o comércio, provocou a decadência de diversas profissões e fez com que um novo discurso passasse a conclamar a necessidade de a população voltar-se à lavoura e à indústria. Por fim, em um derradeiro golpe à economia local, em 1911 foi inaugurada a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru a Corumbá, afastando Uberaba definitivamente da movimentada rota comercial entre São Paulo e Mato Grosso. Para Rezende, essa foi uma fase de transição, característica do sistema capitalista. “As regiões dependentes têm sua economia desarticulada quando há mudanças nas bases que propiciaram o seu desenvolvimento.” (REZENDE, 1983, p. 69).

No entanto, desde 1888 alguns fazendeiros estabeleciam contatos comerciais com a Índia em busca de melhoramento do gado crioulo. Dessa maneira, passaram a importar o gado Zebu e, em pouco tempo, fizeram da cidade uma referência em bovinocultura. No contexto da decadência do comércio, a pecuária ganhou espaço e consolidou-se sobretudo a partir de 1906, quando foi realizada a primeira exposição de gado Zebu na região. “Daí por diante Uberaba caracterizou-se por uma

atividade predominantemente pastoril em detrimento da atividade comercial-urbana.” (REZENDE, 1983, p. 71) A economia urbana deixou de ser importante e a fazenda passou a centralizar os interesses das camadas dirigentes. As elites rurais faziam compras nos grandes centros paulistas e cariocas; e a economia da cidade restringiu-se ao abastecimento de produtos básicos e de primeira necessidade. “A criação do gado Zebu promoveu uma elevação da vida econômica do município mas trouxe consigo reflexos negativos no tocante a vida social, se se atentar para o fato de que o surto de urbanização declinou e a vida cultural se empobreceu.” (REZENDE, 1983, p.72)

Rezende observa que a pecuária liderou em caráter quase absoluto a vida socioeconômica da cidade, anulando as características deixadas pela atividade comercial, de forma que entre 1910 e 1930 Uberaba deixou de ser um centro urbano relevante. O processo de modernização foi interrompido e a cidade se fechou em torno dos valores decorrentes de uma vida voltada para as atividades rurais.

É possível se afirmar que esta sociedade freou o ritmo modernizador implantado pela atividade comercial do período anterior. Isto pode ser observado pelo pouco dinamismo verificado no próprio crescimento físico da estrutura urbana da cidade bem como no decréscimo de suas atividades culturais e políticas. (REZENDE, 1983, p. 88).

Dessa maneira, Uberaba virou um decadente núcleo urbano ilhado por formidáveis pastagens de gado.

O CORONELISMO EM UBERABA

No período da Guerra do Paraguai, os representantes de Uberaba da Guarda Nacional haviam incentivado o alistamento militar de forma exaltada e patriótica, conclamando a população em termos fervorosos. Dessa forma, a cidade acabou participando da guerra com 40 jovens adultos designados pela guarda local, além de 32 voluntários.

(REZENDE, 1983, p. 52). A presença deste conflito na cultura política da cidade é tão importante que, mais tarde, a figura do voluntário de guerra seria incorporada oficialmente no escudo do município. Com isto, notamos que um dos elementos que mais caracterizam a imaginação da sociedade de Uberaba a partir dessa época é a grande força concreta e simbólica dos coronéis.

Na segunda metade do século XIX, período em que o Império já havia organizado a polícia e alcançado notável grau de centralização, a Guarda Nacional se enfraqueceria e não tardaria a se tornar “predominantemente e, depois, meramente honorífica e decorativa”. (LEAL, 1978, p. 215). Como observou Rezende, era comum encontrar o criador de gado mais poderoso com uma patente de coronel, o principal comerciante da cidade com a de tenente-coronel, o funcionário público com a de major, o dono da loja com a de capitão e o dono do hotel com a de tenente. Assim, a instrumentalização do prestígio conferido pela concessão dos títulos se constituiria em um procedimento largamente utilizado para cooptar os chefes locais.

Baczko (1985) nos ensina a reconhecer as funções múltiplas e complexas do imaginário na vida coletiva – sobretudo no exercício do poder. O domínio do simbólico deve ser visto como um espaço estratégico de qualquer força política, pois as imagens de caráter mobilizador são condições fundamentais da própria atuação das forças. Símbolos e representações modelam comportamentos, guiam ações, canalizam energias e, em última instância, legitimam violências. Como explica Baczko:

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. (BACZKO, 1985, p. 298).

O status social advindo de um posto na Guarda Nacional, portanto, conferia aos fazendeiros uma poderosa marca de distinção, de forma que, por muitas décadas, eles acabaram sendo admitidos no imaginário de Uberaba como os verdadeiros donos da cidade. Para isso,

além da violência física, esses líderes se apropriaram de toda uma simbologia para legitimar seu poder.

A historiografia mostra que, na Primeira República, ocorreu uma transformação substancial no papel do “coronel” no sistema político brasileiro. Como mostra o clássico estudo de Leal (1978), o coronelismo foi um momento na história do país no qual o regime de base representativa coexistiu com os resíduos do poder privado dos proprietários de terra. Por isso, o sistema coronelista configurou-se em termos de um “compromisso”, de uma “troca de proveitos” entre o poder público e as oligarquias que chefiavam a sociedade no interior.

Naquela atrasada cidade que no início do século XX sofria um período de forte decadência comercial, não havia, naturalmente, uma classe média numerosa. Na verdade, a maior parte da população se constituía em uma massa de roceiros empobrecidos. Neste contexto, os trabalhadores rurais – em geral, completamente analfabetos – costumavam ver o patrão como um benfeitor. Era o fazendeiro quem concedia ao matuto um espaço de terra para o plantio de auto-subsistência, quem arrumava remédios, quem protegia das arbitrariedades da polícia e, quando era o caso, quem intermediava junto às autoridades administrativas e judiciais (LEAL, 1978, p.25). Além disso, tendo em vista a precariedade do poder público nas municipalidades, os coronéis costumavam exercer, ainda que extra-oficialmente, grande número de funções do Estado. Deste modo, criava-se uma relação informal de aliciamento, baseada no favor e na dívida, de forma a enraizar no trabalhador rural uma dependência vitalícia ao proprietário de terras através de vínculos de gratidão, estima e lealdade. Ou seja, os empregados se sentiam moralmente comprometidos a corresponder à consideração do coronel com uma ilimitada subserviência.

Essa relação patriarcal marcou profundamente a estrutura política do interior brasileiro. E evidentemente, argumenta Leal, o paternalismo não está dissociado de seu contrário: “negar pão e água ao adversário”. Em outras palavras, para amedrontar os rivais, os chefes locais não costumavam demonstrar qualquer cerimônia em recorrer à

arbitrariedade e à violência. Aliás, essa relação de truculência com os antagonistas e de proteção aos agregados era expressa em um dito muito popular da época: *“para os amigos pão, para os inimigos pau.”* (LEAL, 1978, p. 39).

Naquele tempo que Pontes (1978) chama de “domínio do bacamarte”, era comum, por exemplo, que os coronéis uberabenses mandassem espancar partidários opostos, inventassem crimes para processar e prender juízes de paz, ordenassem o empastelamento de jornais e liberassem seus jagunços para tumultuar as mesas de apuração. Nem mesmo grandes figurões da vida partidária estavam imunes à violência. Um célebre liberal da cidade, Borges Sampaio, foi espancado em sua própria residência pelos grupos opositores. Em outra circunstância, conservadores da família Borges de Araújo reuniram um bando de capangas que, aos berros, arrombaram todas as portas e janelas do pavimento térreo e crivaram de balas as paredes da casa do coronel liberal (PONTES, 1978, p. 128). Noutra ocasião, Padre Zeferino, também liberal, foi processado, preso e humilhado pelos conservadores. Em um episódio famoso no folclore político local, conta-se que um adversário urinou na cabeça do padre por um orifício no soalho do pavimento superior da cadeia (PONTES, 1978, p. 101).

Nos períodos eleitorais as arbitrariedades dos coronéis e do próprio poder público se expressavam com máxima desenvoltura. Para vencer as eleições, as agremiações situacionistas simplesmente impediam, pela força, que os eleitores do partido concorrente fossem votar. Consequentemente, as eventuais alternâncias de poder faziam com que o situacionista da vez empreendesse violentas campanhas de perseguição e vingança ao inimigo. Essas práticas remontavam à política do império. Nas eleições de 1863, por exemplo, o governo mineiro mandou a Uberaba mais de duzentos homens armados de trabucos e bacamartes para afugentar os eleitores do Partido Conservador (PONTES, 1978, p. 106). Em outra ocasião, trezentos homens armados liderados pelo delegado de polícia impediram que os liberais entrassem no Paço Municipal para votar (PONTES, 1978, p.

123). Os exemplos são inúmeros e não deixam de ser registrados até mesmo pelos pesquisadores mais ufanistas. Na República, quando foram criadas as seções rurais, o domínio dos coronéis chegou ao auge. As mesas eram instaladas dentro da casa – às vezes no próprio quarto do fazendeiro. Evidentemente, só entrava para votar os eleitores simpáticos ao partido do governo. Era comum aparecer dúzias de indivíduos portando títulos de outras pessoas – o chamado eleitor “fósforo” (PONTES, 1978, p. 142). Não havia limites para as fraudes eleitorais.

Como essa estrutura agrária levava o homem rural a uma dependência praticamente absoluta do fazendeiro, o contato do governo com essa população, de fato, só tinha condições de ser estabelecido mediante a intermediação do coronel. Dessa forma, estabeleceu-se esse pacto de reciprocidade, no qual as oligarquias regionais apoiavam o governador em troca de certas condições bem objetivas do controle da vida local. Em outras palavras, o coronel garantia a vitória eleitoral e o governo cedia o controle de cargos públicos no município.

Contudo, como vimos, a votação não valia muito na época. O resultado oficial podia mesmo inverter o resultado das atas de votação. (NICOLAU, 2004, p. 34). Mas como observa Carvalho, se os governadores podiam prescindir da colaboração dos coronéis tomados individualmente, não era recomendável afrontá-los em conjunto.

As manipulações dos resultados eleitorais sempre beneficiavam um grupo em detrimento do outro e tinham um custo político. Se entravam em conflito com um número significativo de coronéis, os governadores se viam em posição difícil, se não insustentável. (CARVALHO, 1997).

A estabilidade do sistema exigia um acordo entre as partes.

O apoio do governo se materializava, acima de tudo, na entrega dos cargos públicos aos coronéis – fator imprescindível para que as oligarquias locais mantivessem o comando. Ao controlar o juiz de paz, o delegado e o coletor de impostos, por exemplo, o coronel garantia não apenas a sustentação do poder, mas também os seus interesses econômicos. Por meio da ação – ou da inação – destes funcionários,

impostos deixavam de ser cobrados, adversários sofriam perseguições, agregados eram protegidos e empregados podiam se tornar vítimas de inapeláveis abusos de autoridade. (CARVALHO, 1997). Em Uberaba, por exemplo, os simpatizantes do partido de oposição não conseguiam nem mesmo retirar certidões na Câmara (PONTES, 1978, p. 174).

No entanto, segundo Leal (1978), não era raro que o coronel demonstrasse certo zelo pelo progresso do município, chegando a empenhar-se duramente, às vezes tirando recursos do próprio bolso, para obter melhoramentos para a sua circunscrição. “A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de foot-ball, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada –, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo.” (LEAL, 1978, p. 37). Era com essas realizações que o chefe municipal conservava seu prestígio. Mas sem o auxílio financeiro do Estado, prossegue Leal, “difícilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica.” Essa dependência dos coronéis em relação ao governo do estado indica a decadência das oligarquias municipais, que se mostravam enfraquecidas para exercer o mando em sua comunidade e, por isso, precisavam abrir mão da autonomia em nome dos interesses da política estadual.

Neste ponto residem as contradições do sistema coronelista em Uberaba. Em primeiro lugar, como vimos, diversos fatores fizeram com que a região do Triângulo Mineiro deixasse Minas de lado para estabelecer relações com São Paulo e Goiás. A distância da capital mineira, agravada pelas estradas precárias, comprometia a presença efetiva do Estado na região. Segundo Pontes, nas primeiras décadas do século XX eram necessários quatro dias de viagem para chegar a Belo Horizonte (PONTES, 1978, p. 149).

No Império, os coronéis de Uberaba em diversas ocasiões entravam em choque com a província e por várias vezes ameaçavam organizar movimentos para lutar pela anexação da região a São Paulo

(PONTES, 1978, p. 112). Na República, os chefes do executivo reclamavam permanentemente da dificuldade em conseguir recursos para o município. Quando a administração precisava de empréstimos, era comum que as lideranças fossem buscar em São Paulo, e não na capital mineira. A extrema instabilidade dos partidos locais – que com frequência desconcertante se uniam, se dissolviam, invertiam orientações, se reorganizavam e logo se dividiam em facções ou se transformavam em duas agremiações antagonistas com o mesmo nome – inviabilizou qualquer relacionamento estável com o governo, que não tinha como firmar arranjos permanentes com qualquer grupo dominante. E ao procurar atender ocasionalmente a apenas um dos grupos, a polarização que se seguia desarticulava qualquer tentativa de estabilidade.

Um dos poucos movimentos que uniram os coronéis uberabenses na Primeira República foi o Clube da Lavoura e Comércio, fundado justamente com o intuito de rechaçar a criação de um novo imposto territorial por parte do governo mineiro. Não foi casual que os chefes regionais recorressem com frequência ao discurso separatista, fundamentado precisamente através de uma retórica que protestava contra o descaso do governo estadual, que jamais reinvestia a arrecadação na cidade. O prestígio crescente dos lavouristas acirrou ainda mais a obstinação do partido do governo em vencer as eleições municipais a qualquer custo. É atribuída a Silviano Brandão, presidente de Minas entre 1898 e 1902, a seguinte epígrafe: *“O crime é perder a eleição”* (PONTES, 1978, p. 141). Contudo, o Partido da Lavoura foi vitorioso e o governo mineiro viu um adversário no comando da cidade, o que, evidentemente, impôs mais obstáculos a um relacionamento município-estado. Com toda essa agitação, os coronéis, de fato, dificilmente conseguiam grandes benefícios do Estado. Durante todo o ano de 1905, por exemplo, a Câmara simplesmente suprimiu as escolas municipais e a iluminação pública – que ainda era de querosene – por falta de recursos. Com a absoluta penúria nas contas públicas, a cidade se degradava com problemas graves no abastecimento de água e energia, no calçamento e em todos os demais

serviços públicos. Destituídas de prestígio político na esfera estadual e carentes de um reconhecimento público capaz de legitimar a representação política, restava aos coronéis da cidade o poder personificado do mandonismo.

Como argumentou Carvalho (1997), o mandonismo se refere à existência de estruturas oligárquicas e personalizadas do poder local.

O mandão, o potentado, o chefe ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. Carvalho (1997)

Em Uberaba, o mandonismo parece ter sido a cultura preponderante nas relações entre as oligarquias e a população. Pontes descreve inúmeros de casos de vinganças, perseguições, prisões, castigos disciplinares e humilhações efetuadas pelo capricho do poder privado dos temíveis donos da cidade. Em 1858, por exemplo, o delegado João Teixeira, indignado com um negociante liberal que não lhe tirara o chapéu em uma saudação, o recrutou compulsoriamente e o prendeu logo em seguida, obrigando-o a caminhar até a capital Ouro Preto com algemas nos pulsos e corrente no pescoço (PONTES, 1978, p. 105). Em outra ocasião, um sujeito foi espancado por ter insinuado que dois chefes conservadores estavam endividados (PONTES, 1978, p. 124). Essas práticas, longe de serem isoladas, foram naturalizadas naquela sociedade, de modo a se tornar um traço marcante na cultura política local.

Ainda na Primeira República, nada em Uberaba se movia contra a vontade do Capitão Lanes José Bernardes. No dizer da época, Bernardes mandava na política, na administração e na igreja, pois em todas essas instituições havia um correligionário que o prestigiava em absoluto (PONTES, 1978, p. 136). O delegado de polícia Joaquim da Siqueira Ramos César, por sua vez, ficaria célebre pelos espancamentos com vara de marmelo e pelo gosto em mandar raspar o cabelo de mulheres em represália aos adversários (PONTES, 1978, p. 135). Com muita naturalidade, os coronéis arrogavam-se o direito de prender, castigar ou expulsar da

cidade qualquer indivíduo que considerassem indesejáveis, consolidando esse poder nas próprias práticas cotidianas.

Ao lado do exercício da violência física, um dos fatores marcantes da sociedade uberabense nesse período foi uma deliberada cultura de exibição da opulência da elite agrária, que prosperava sob uma cidade atrasada. Essa contradição foi monumentalizada com a construção de palacetes suntuosos que ostentavam a fortuna dos pecuaristas, acentuando com isso o contraste com a pobreza generalizada em uma cidade que sofria com calçamento rudimentar, iluminação inconstante, sistema de água precário e população doente. Como argumentou a geógrafa Roberta Afonso Vinhal Wagner (2006), a “revolução urbanística” de Uberaba, ocorrida na chamada fase áurea do Zebu, jamais atingiu a cidade como um todo, pois tratou-se mais de “um reflexo do acúmulo de capitais dos criadores de zebu, imprimindo marcas pontuais na cidade” (WAGNER, 2006, p. 126).

Em regra geral, os extraordinários palacetes eram edificadas em estilo eclético, faziam alusões à arquitetura oriental (sobretudo a indiana, em uma referência ao país de origem do Zebu) e foram projetados por engenheiros e artesãos altamente especializados, entre eles muitos italianos. Contudo, a despeito dessa riqueza arquitetônica em propriedades privadas, a fortuna gerada pela criação de gado jamais favoreceu o dinamismo da economia local. Como lembra Wagner, os criadores “não reinvestiam o lucro obtido com a comercialização do zebu no município de Uberaba” e, por controlarem a política local, ainda garantiam enormes benefícios fiscais, sacrificando os cofres da administração pública. (WAGNER, 2006, p. 123).

Sabemos que aquelas edificações eram mais uma estratégia para reforçar simbolicamente a o domínio dos pecuaristas na cidade. Como explica Bourdieu, uma classe social não se define apenas pela sua posição na estrutura social, mas sobretudo pelo fato de que seus membros “se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos de outras classes”, de forma que, através de uma lógica

sistemática, eles procuram impor suas “diferenças de situação e posição” até transformá-las em “distinções significantes” (BOURDIEU, 2004, p. 14). Deste modo, através das “marcas de distinção”, os sujeitos sociais constituem “grupos de status” e definem, para si e para os outros, a posição das diversas classes na estrutura social e o papel que cabe a cada um a partir desta posição na “ordem cultural” da sociedade.

Nessa discussão sobre a ocupação da cidade como manifestação do poder, Santos (2004) procura mostrar que a produção do espaço não pode jamais ser considerada como uma estrutura social que dependa apenas das relações econômicas, pois o dado político possui um papel fundamental.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de forma que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente (...). Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. (...) Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 2004, p. 153)

Deste modo, apontamos a necessidade de problematizar as discussões sobre a política de patrimônio histórico da cidade, sobretudo no que diz respeito à tendência de atuar pela consagração desses monumentos de afirmação do poder simbólicos das elites agrárias.

COERÇÃO SOCIAL

Naturalmente, o emprego da violência simbólica está diretamente relacionado à legitimação das práticas de coerção social. Uma questão que desde finais do século XIX pareceu preocupar as elites dirigentes nessa sociedade discrepante foi o aumento do índice de

criminalidade no município. Felício Buarque, promotor de Uberaba naquele período, foi uma das principais vozes que, segundo Silva (2004), expressou a busca por mecanismos que garantissem a ordem pública, notadamente através de uma legislação capaz de disciplinar as novas personagens sociais que passaram a participar com mais autonomia no espaço público – tal como os ex-escravos e os imigrantes. Desse modo, em “A criminalidade em Uberaba: ensaio de criminologia local”, um artigo escrito em 1904, Buarque expressa da seguinte forma a preocupação de sua época:

A progressão normal dos crimes acompanha o crescimento da população, proveniente dos nascimentos e do concurso de forasteiros estabelecidos aqui, centro comercial, intermediário de extensa zona do interior. (...) Demais, a posição geográfica desta comarca, situada em limites de vários Estados, concorre para a aglomeração desses elementos perniciosos que se vão denunciando pela média crescente da atividade criminoso. (BUARQUE, apud: SILVA, 2004, p. 41)

Segundo Silva, da mesma forma que ocorria em todo o país, as elites uberabenses procuraram empreender um grande esforço político e jurídico para criminalizar a vadiagem e valorizar o trabalho, “procurando estigmatizar aqueles que não tivessem um comportamento condizente” (SILVA, 2004, p. 123). Representando uma opinião que certamente era compartilhada pelos seus pares, Buarque acreditava que a população tratava os criminosos com “condescendência”, sobretudo por causa de uma “falta de senso moral” que teria origens na própria composição étnica e social do povoamento do Brasil, constituído por “condenados”, “judeus deportados pelos soberanos”, “criminosos homisiados”, “colonos trazidos pelos donatários”, “índios escravizados” e “negros da Guiné”. Dessa forma, Buarque defendia esforços em prol de uma “educação moral” e se queixava de não haver na cidade nenhuma casa de instrução onde as crianças aprendessem a “ler, escrever, praticar artes e ofícios, adquirindo, assim, amor pelo trabalho”.

Nesse contexto, as relações da cidade com as levas de imigrantes que desde fins do século XIX chegavam à região tornaram-se bastante contraditórias. Como observou Fontoura (2001), a questão da imigração em Uberaba, tal como em todo o Brasil, esteve relacionada, por um lado, ao problema da mão-de-obra em uma sociedade que acabara de abolir a escravidão; e por outro, a um ideal de “aprimoramento” da raça, com vistas ao planejamento de uma futura nacionalidade brasileira. Gobineau (1816-1882), um dos mais célebres teóricos das raças do século XIX, chegara a prever a extinção da população do Brasil em menos de três séculos, como consequência de sua composição “mulata, com sangue viciado, espírito viciado e cara feia de dar medo” (GOBINEAU, apud: FONTOURA, 2001, p. 93). Influenciado por essas idéias, o deputado federal uberabense Fidélis Reis (1880-1962) se tornaria um dos mais entusiasmados defensores do “branqueamento da raça” no Congresso. Como relator do substitutivo que autorizava o governo a estimular a colonização de famílias de agricultores europeus, Reis propunha um “rigoroso controle sobre a imigração destinada ao Brasil (...) com o fim de impedir a entrada de todo e qualquer elemento julgado nocivo à formação étnica, moral e psíquica da nacionalidade”. Em outras palavras, isso implicava na proibição expressa de “colonos de raça preta” e na limitação da imigração “amarela”.

Além das razões de ordem étnica, moral, política, social e, talvez, mesmo, econômica, que nos levam a repelir *in limine* a entrada do amarelo e do preto no caldeamento que se está operando sob o nosso céu, neste imenso cenário, outra porventura existe, a ser considerada, que é o ponto de vista estético e a nossa concepção helênica da beleza jamais se harmonizaria com os traços provindos de uma semelhante fusão racial. (DIÁRIOS, 1952)

Mas a despeito das subvenções estatais que estimulavam a vinda de europeus, as elites rurais tenderam a rejeitar o trabalho estrangeiro, pois era mais econômico subjugar os nacionais através de leis que proibissem a vadiagem e disciplinassem as atividades assalariadas. Por outro lado, os proprietários não deixavam de ter interesse na formação de

excedentes de mão-de-obra, no intuito de provocar a desvalorização dos salários. Além disso, acostumados a lidar com escravos, os fazendeiros submetiam os trabalhadores a condições intoleráveis até mesmo para os italianos que fugiam das secas e das guerras internas. Monteiro (1994) chegou a apontar diversas reclamações de trabalhadores estrangeiros, tais como castigos físicos, sonegação de salários e descumprimento de contratos de parceria. Essas queixas foram tão graves que levaram o governo italiano a promulgar diversas leis restringindo a emigração para o Brasil.

Ainda assim, acordos firmados com países europeus estabeleceram um conjunto de medidas em benefício dos imigrantes, tais como sistemas de crédito, garantia de instalações adequadas de moradia e fiscalização das condições de trabalho. Mas ainda que essas ações não tenham melhorado muito a vida dos estrangeiros, elas acabaram provocando, por parte dos proprietários locais, ainda mais antipatia contra os imigrantes, cujas atividades passaram a ser sistematicamente discriminadas. Em uma edição do jornal uberabense *Lavoura e Comércio* ficou patente a insatisfação com a política de imigração estabelecida pelo governo mineiro:

(...) O Dr. Badaró ilude-se supondo que Minas transformar-se-à só com auxílio do imigrante italiano, que vem, na maior parte, encher o pé de meia de liras. Ele tem também hábitos rotineiros, e entre o trabalho braçal da lavoura e os expedientes fáceis das pequenas indústrias nas cidades, o imigrante não vacila: prefere estas (GAZETA apud FONTOURA, 2001, p. 73).

Dessa forma, observando a má-vontade do jornal em relação aos imigrantes urbanos, percebemos, com Rezende e Fontoura, que em uma cidade onde o incipiente processo de modernização havia sido freado pelo retorno à economia rural, as atividades profissionais citadinas passaram a ser vistas como “expedientes fáceis” e, por isso, alvo de estrangeiros oportunistas que queriam apenas “encher o pé de meia de liras”.

Em Uberaba, a xenofobia contra os árabes – chamados indistintamente de “turcos” – foi por várias vezes expressa na imprensa local, como nesta nota no *Lavoura e Comércio* em 1902.

Uma praga desta terra, que muito fala em desabono dela, são os chamados turcos ambulantes, que infectam regularmente os arredores da cidade.

Já aprenderam muito bem a linguagem resultante do populacho mais ordinário e a empregam quando se recusa sempre a comprar alguma coisa de suas bugigangas. Já deixamos de ter compaixão por essa gente perseguida pelos mulçumanos da Turquia, que outrora nos inspiravam as matanças publicadas pelos jornais. É gente só semi-civilizada, que já tentou violar mulheres casadas, honestas. (LAVOURA E COMÉRCIO apud FONTOURA, 2001, p. 70)

Uma forma de reação desses grupos às manifestações xenofóbicas eram as associações de mútuo socorro que, além de fortalecer a unidade entre os compatriotas, procuravam promover a integração com a população urbana local, sobretudo através da promoção de festas, atividades culturais e ações de assistência social. Dessa maneira, foram criadas, entre diversas outras, a *Societá de Mútuo Soccorso Fratellanza Italiana* (1897); a *Sociedad Espanhola de Socorros Mútuos* (1901); a *Sociedade Portuguesa de Beneficência 1º de Dezembro* (1907), o *Sindicato Agrícola Nipo-Brasileiro* (1917), o *Clube Sírio-libanês* (1927), etc. Percebemos, com isso, que, atacados pela imprensa e pelas classes conservadoras, os estrangeiros, inteligentemente, se esforçavam para conquistar a simpatia dos habitantes urbanos e, assim, fortalecer laços sociais.

Mas a hegemonia dos coronéis na composição dos partidos locais impedia, na prática, outras formas de organização política. No Império, duas agremiações controlavam o poder em Uberaba: o Partido Conservador e o Partido Liberal. Na República Velha, ascenderam o partido Lavourista (controladores do jornal *Lavoura e Comércio*) e o Partido

Republicano Mineiro (controladores do periódico *Gazeta de Uberaba*). Essa elite política estava diretamente ligada aos criadores de gado Zebu, de forma que, nas três primeiras décadas do século XX, seus representantes se alternavam sucessivamente no comando da cidade.

LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

O mais estridente crítico das oligarquias locais nesse período foi, sem dúvida, o comunista uberabense Orlando Ferreira (1886-1957), conhecido como Doca. Intelectual autodidata, Ferreira levou a vida transitando por diversas atividades profissionais: durante anos trabalhou como mascate de gado Zebu e, mais tarde, foi funcionário dos Correios e Telégrafos, além de jornalista e inspetor de ensino (RICCIOPO, 2003). Essas experiências proporcionaram-lhe um conhecimento empírico detalhado da realidade socioeconômica da cidade e fundamentaram boa parte de seus escritos. Entre 1919 e 1948 Ferreira publicou meia dúzia de obras onde procurou denunciar as instituições sociais que, na sua opinião, eram as grandes responsáveis pelo atraso de Uberaba: a Igreja Católica, as elites familiares locais e a administração municipal. A escrita agressiva de Doca chocaria a boa sociedade uberabense, mas não deixou de representar uma impressão que ressoava silenciosa na imaginação popular da cidade.

Em 1928 Orlando Ferreira lançaria “Terra Madrasta: um povo infeliz”, sua obra mais contundente contra o que chamava de “as forças do atraso” em Uberaba. Nesse livro ele ataca furiosamente a administração local, os clãs políticos uberabenses, o governo estadual e aquilo que chama de “cultura resignada e ignorante” do povo mineiro. Ferreira faz um balanço bastante negativo das últimas administrações municipais e, arrolando um conjunto de dados econômicos, se esforça para demonstrar a incompetência histórica dos políticos locais.

As administrações anteriores ao ano de 1889 devem ser desprezadas, porque são do tempo do Império centralizador, cujo regime não

permitia grandes surtos de progresso; nos 53 anos, pois de sua existência autônoma, na Monarquia, Uberaba viveu apagadamente e nada se fez entre nós; durante este longo período em que a receita municipal atingiu apenas a 263:130\$130\$818, concordo, a câmara só devia capinar ruas, construir *pinguelas*, matar cachorros, nomear e demitir funcionários e arrecadar magros impostos... Nada mais poderia fazer. Proclamada a República, devia continuar, porém a mesma política estúpida e rotineira? Não! Porque, em 1893, quatro anos após, as rendas aumentaram extraordinariamente (...) todavia esses orçamentos resultam ainda da política atrasadíssima que nos infelicitava (...) (FERREIRA, 1928, p. 29).

Ferreira caminhou por todos os bairros e fez as contas: em um século de existência, “das 155 ruas de Uberaba, apenas 11 foram calçadas pessimamente e de modo incompleto e, igualmente, 3 praças das 19 existentes!”. Para documentar suas denúncias ele incluiu diversas fotografias enfatizando os buracos no calçamento e o mato invadindo as ruas. Deste modo, lamenta que, em 36 anos de vida republicana, Uberaba nada construíra de importância, acumulara uma dívida enorme, mas permanecia “na balbúrdia, na ruína, no descrédito, na imoralidade, no desconforto, na imundície, na lama, na poeira, no capim, no matagal, na buraqueira!” (FERREIRA, 1928, p. 30)

Com isso, ao fazer um balanço de várias administrações através de planilhas, dados comparativos, fontes de jornais, relatórios de receitas e gastos do município e uma extensa bibliografia, Ferreira procurou denunciar o que considerava irregularidades administrativas entre 1915 a 1925, arrolando em seguida uma série de evidências documentais para mostrar diversos tipos de roubos e abusos de poder. Nomeando um a um os presidentes da câmara e suas respectivas realizações, ele acusou praticamente todos de nada ter acrescentado ao município.

Os partidos “políticos” de Uberaba foram sempre compostos, quase que inteiramente, de indivíduos sem honra, sem patriotismo, sem instrução, de uma ignorância apavorante, quase boçais, e tipos quase sempre criminosos, incursos em vários artigos do Código Penal e que, por isso mesmo, em vez de dirigirem o povo, deviam estar na cadeia; se há exceções, e de fato sempre houve, é quando se trata porém de

peessoas tímidas, acomodáticas, sem fé, sem coragem, incapazes de uma reação, vítimas do meio, com alguma inteligência, mas sem a prática e habilidade (...) (FERREIRA, 1928, p. 136).

Afirmando que a cidade era habitada por um povo infeliz e resignado, que passava os dias a queixar-se de suas lamúrias, Ferreira indignava-se ao ver Uberaba “nesse estado deprimente e vergonhoso”, enquanto que as cidades ao redor cresciam vertiginosamente devido à “inteligência e patriotismo de seus filhos”. Assim, em busca de respostas para essa falta de ânimo, o autor procurou analisar a cultura da sociedade local e, citando “Populações Meridionais do Brasil”, de Oliveira Viana, concluiu que o atraso de Uberaba estava ligado a uma característica do modo de vida ruralista do mineiro, voltado para o retraimento, a timidez e a rotina.

Porque não é nada recomendável viver-se *como o mineiro vive*, triste, recluso, isolado, numa vida de quietude e “simplicidade”; e se isto é uma das feições da alma mineira, deve-se-o ao atraso material, moral e intelectual a que o povo esta entregue há muitos anos... (...) Ora, o mineiro *não conquistou nada, vive muito mal, não é homem enfim*; logo, não é simples; a sua “simplicidade” deve ser batizada com outros nomes: covardia, acanhamento, pessimismo, analfabetismo, atraso, miséria, tristeza, doença no corpo e na alma... Em outras palavras: população de jeca-tatus!... (FERREIRA, 1928, p. 5)

Por conseguinte, ecoando um pleito que, curiosamente, já havia sido pleiteado pelas mesmas elites agrárias que criticara, em seu receituário para promover a modernização da cidade, Ferreira propõe a anexação da região a São Paulo, um “Estado adiantado” cujas lideranças mostravam-se de fato “preocupadas com o progresso”. O autor fez questão de incluir em seu livro um mapa com a região do Triângulo acoplada a São Paulo. “Por que Uberaba não progride e não acompanha as suas irmãs paulistas, tão próximas de nós, quando é um fato incontestável a pujança de seu solo? Algo anormal infiltrou na vida social uberabense e causas perigosíssimas promoveram a nossa infelicidade e ameaçam o nosso futuro.” (FERREIRA apud RICCIPO, 2003, p. 49)

Em um trecho antológico, argumentando que os fatores do atraso uberabense deveriam ser expostos para a “execração pública”, Orlando Ferreira enumera, sem constrangimentos, o que chama de “terríveis forças oponentes ao progresso do município”:

- 1º. – A administração.
- 2º. – A “política”.
- 3º. – O Clero.
- 4º. – A empresa Força e Luz.
- 5º. – A família BORGES.
- 6º. – A família PRATA.
- 7º. – A família RODRIGUES DA CUNHA. (FERREIRA, 1928, p. 26)

A indignação pública contra essas três famílias indica um elemento da imaginação da cidade que não deve ser desprezado. “O defeito dessa gente é querer mandar, gostar da política e ocupar posições incompatíveis com o seu grau de adiantamento. Daí o prejuízo para Uberaba.” (FERREIRA, 1928, p. 169). O jornalista lamenta que essas famílias abastadas tenham dominado a cidade apenas para beneficiar suas criações de gado e queixa-se da violência que normalmente seus membros empregavam para fazer valer seus interesses. “Porque a lei não existe para eles: resolvem tudo a tiros e a pau...” Ferreira denunciava ainda que, para concentrar e perpetuar o poder dos clãs político-econômicos, as famílias chegavam a estimular o casamento entre “primos degenerados” para impedir a desagregação do sobrenome. Apesar da agressividade, não é um despropósito supor que Ferreira, um homem de seu tempo, expressava uma opinião que provavelmente corria à boca pequena em comentários resignados da população urbana. “Ah! Se os Borges, os Rodrigues da Cunha e os Pratas não gostassem de política! Como seria isto bom para Uberaba!” (FERREIRA, 1928, p. 170).

Como ensina Baczko (1985), a legitimidade é um bem extraordinariamente raro e obstinadamente disputado entre poderes e

contra-poderes. A autoridade estabelecida dedica-se constantemente a defender a sua legitimidade daqueles que a atacam. De forma inversa, conceber e difundir uma “contra-legitimidade” é um elemento essencial do ato de invalidar a autenticidade do poder constituído. Dessa forma, observamos que ao tentar desqualificar o poderio dessas famílias, Ferreira procurava travar um combate simbólico para expressar essa contra-legitimidade na imaginação social da cidade.

Segundo Riccioppo, o comunista Orlando Ferreira, depois de publicar *Terra Madrasta*, teve que desaparecer da cidade por alguns anos. Mas em seu retorno ele ainda publicaria alguns livros ainda mais atrevidos, como *Forja de Anões* (1940), um verdadeiro libelo contra o futebol e outros “esportes violentos”; e *Pântano Sagrado* (1948), um ataque virulento contra o clero local. Evidentemente, *Terra Madrasta* não teve a força para expulsar as “forças oponentes ao progresso do município”. Em 1928, data da publicação da obra, Uberaba era governada precisamente pelo agente executivo Olavo Rodrigues da Cunha (1927-1930), que sucedera o coronel Geraldino Rodrigues da Cunha (1924-1927). No entanto, as oligarquias municipais estavam prestes a ser colocadas em xeque por um movimento que logo explodiria no país: a Revolução de 1930.

A ELITE RURAL SE RECOLHE AOS BASTIDORES

Com a instalação do governo provisório e o controle centralizador do Estado, o monopólio político dos grandes proprietários de terra foi seriamente comprometido. Em Uberaba, foi nomeado como chefe do executivo o Dr. Guilherme de Oliveira Ferreira, que permaneceu no cargo até janeiro de 1935. Desta data em diante, o governo municipal seria exercido por agentes executivos nomeados pelo interventor mineiro, Benedito Valadares. Mas com a volta das eleições municipais em 1936 e com o golpe de 1937 uma novidade na política local viria a mexer bastante com a imaginação dessa cidade conservadora. Contrariando o

tradicionalismo local, eis que um filho de imigrantes libaneses torna-se vereador, chega à prefeitura da cidade e, amparado pelo Estado Novo, implementa uma política voltada para o desenvolvimento urbano e comercial da cidade. Era Whady Nassif, que mais tarde seria um dos principais líderes petebistas da região.

Como mostra Oliveira e Silva (2006), no final do século XIX, animados pela política de estímulo à imigração criada pelo governo brasileiro, inúmeras famílias de sírios e libaneses vieram ao Brasil e, em parte graças aos trilhos da Mojiana, acabaram se fixando no Triângulo Mineiro para trabalhar como mascates. No contexto do desenvolvimento comercial da região, os árabes se especializaram na venda de diversos tipos de artigos nas fazendas e vilas do interior, percorrendo grandes distâncias em lombos de burro, repletos de malas carregadas de perfumes, roupas, linhas de costura, botões e outros produtos. A habilidade para os negócios fez com que muitos deles se estabelecessem nas cidades para abrir casas comerciais e, assim, foram se incorporando à vida social triangulina. Evidentemente, a presença dos imigrantes despertou diversos tipos de reações. Em Uberaba, ainda que a população em geral tenha recebido bem esses novos moradores, o fato é que muitos foram alvo de preconceitos e tiveram dificuldades com os fazendeiros. Como mostrou Fontoura (2001), os comerciantes locais também se sentiram ameaçados e passaram a manifestar certa xenofobia através dos jornais.

No início do século XX o sírio José Nassif, da cidade de Miziara, montou uma loja em Conceição das Alagoas, distrito de Uberaba. Para ele, a cidade estava se desenvolvendo rapidamente, atraía comerciantes de várias regiões e prometia ser uma terra de oportunidades. Ao instalar-se com a família, o imigrante matriculou as crianças nas melhores escolas de Uberaba. Deste modo, o filho Whady Nassif, juntamente com os irmãos, ingressou no Colégio Marista Diocesano, uma escola de elite que oferecia um ensino tradicional, caracterizado pela forte influência católica e pelo rigor na ordem, na disciplina e no respeito à autoridade. Essa educação

tradicional, católica e militarista formaria praticamente a totalidade da elite política, econômica e cultural da cidade e região.

Ao terminar os estudos secundários, Whady Nassif cursou a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro e colou grau em dezembro de 1932. Neste período, vivenciando o contexto das acaloradas discussões políticas na capital da república nestes primeiros anos da era Vargas, ele passou a se interessar mais pela vida partidária. E segundo Silva, mesmo estudando no Rio de Janeiro, jamais deixou de acompanhar as questões sociais de Uberaba. Dessa forma, ao voltar à sua cidade, o jovem advogado acabou entrando efetivamente para a política local.

Apesar das restrições políticas e administrativas da Revolução de 1930, as famílias dos coronéis ainda eram muito fortes nos municípios do interior. É verdade que Vargas havia destituído os governadores estaduais, substituindo-os por interventores, para manter o controle da máquina pública; as câmaras de vereadores foram dissolvidas e, para administrar os municípios, foi criado o cargo de prefeito indicado pelo interventor estadual. Acreditava-se que essas ações restringiriam o poder das oligarquias que até então mantinham forte controle sobre seus currais eleitorais. Mas ainda que os coronéis tenham sido enfraquecidos, não foram eliminados completamente. Na prática, esses grupos continuavam dominando a vida política e econômica da cidade e não deixaram de estabelecer suas alianças com o governo federal.

Ainda assim, nos anos posteriores à Revolução de 1930, uma nova elite social, formada por profissionais liberais, sobretudo médicos, advogados e engenheiros, muitos deles saídos da pequena burguesia, passou a se destacar na vida pública. Esses novos personagens tinham anseios de modificar a organização urbana para criar uma cidade moderna através de melhorias no sistema de fornecimento de água e energia, na infra-estrutura de esgoto e calçamento das ruas, além de outros aspectos urbanísticos.

Com a Constituição de 1934 ficou estabelecido que os vereadores seriam eleitos diretamente, através de voto popular. Os

prefeitos deveriam ser escolhidos de forma indireta, entre os pares da Câmara (excetuando nas capitais, onde seriam indicados pelo interventor). Em Uberaba, essa nova realidade fez com que as disputas se acirrassem, tornando-se nítido o confronto entre os ex-coronéis e seus aliados contra uma nova geração de comerciantes e profissionais liberais que desejavam defender novos interesses. Nas eleições de 1936, as elites uberabenses empreenderam esforços intensos para assumir mais uma vez o controle da Câmara e, conseqüentemente, do Executivo. Mas as transformações nas regras eleitorais do período haviam estimulado novos atores políticos que provocaram perturbações no sistema de poder local.

O código eleitoral de 1932 criara a Justiça Eleitoral, estendera o voto às mulheres, modificara o sistema de alistamento e aperfeiçoara as garantias de votação secreta (NICOLAU, 2004). A Constituição de 1934 reduziu a idade dos eleitores de 21 para 18 anos e, ainda que excluísse mendigos e analfabetos, instituíra a obrigatoriedade do voto para homens e funcionárias públicas. Nesse contexto, no distrito de Conceição das Alagoas, um novo quadro sociopolítico fugiu ao controle das elites tradicionais. E foi assim que um grupo liderado por comerciantes libaneses e seus descendentes acabou elegendo o advogado Whady Nassif para o cargo de vereador. Um outro grupo, formado por profissionais liberais, levou o médico Olavo da Silva Silveira como representante na Câmara. “Ambos eram novatos na política, mas defendiam idéias de progresso que se enquadravam tanto nos anseios do novo regime quanto da população.” (SILVA, 2006, p. 52).

Lembremos que, segundo as regras da época, o prefeito deveria ser escolhido de forma indireta entre os próprios vereadores. Whady Nassif se candidatou ao cargo, articulou-se para conquistar a confiança dos membros do legislativo e acabou sendo eleito por unanimidade em julho de 1937. Para Silva, essa surpreendente eleição foi fruto de um pragmatismo das elites, que teriam constatado que o nome de Nassif era, forçosamente, o mais viável para aquela nova situação: ele era uma figura recente na política e pertencia a uma família até certo ponto

respeitada pela sociedade urbana, o que certamente contribuiria para que seu nome fosse bem visto também pelo interventor mineiro. Considerando que a política de Vargas queria retirar as oligarquias do poder, a figura de um jovem advogado sem vínculos com os grupos tradicionais certamente teria mais chances de ser aceito. Dessa forma, percebemos que, em seu recuo estratégico, as famílias políticas locais pretendiam manipular os novos eleitos nos bastidores. No entanto, Silva observa que Nassif ficara, de fato, submetido ao regime, “e não mais à mercê dos grupos de poder lugar, que tiveram seus interesses colocados de lado em vários momentos.” (SILVA, 2006, p. 56)

No final de 1937 o novo golpe de Vargas enfraqueceu ainda mais as elites locais. No dia 10 de novembro, uma nova Constituição foi outorgada e, entre outras medidas, dissolveu mais uma vez os poderes legislativos. Já no dia 11 foi realizada uma sessão para que os vereadores uberabenses ouvissem uma mensagem de Benedito Valadares, comunicando o fechamento da Câmara Municipal. E no dia seguinte, Whady Nassif, que havia sido anteriormente eleito pelos pares, seria confirmado no cargo de prefeito pelo interventor mineiro.

Segundo Silva, a nova administração, governando sem a Câmara Municipal, efetuou transformações significativas na estrutura da cidade. A prefeitura implantou redes de água encanada e esgoto, calçou ruas, construiu e reformou praças, promoveu a modernização do sistema de telefonia e realizou melhorias no precário abastecimento de energia do município, através da instalação de uma pequena usina hidroelétrica na Cachoeira Pai Joaquim. O governo municipal abriu importantes avenidas como *Leopoldino de Oliveira* (1938), *Fernando Costa* (1940) e *Guilherme Ferreira* (1941) – ainda hoje entre as mais movimentadas de Uberaba. Nassif criou a Biblioteca Pública, apoiou a implantação da Fazenda Modelo e concedeu terrenos para a construção dos prédios dos Correios, do Abrigo de Menores, da Casa da Criança e do Tiro de Guerra. Silva menciona também as reformas no Mercado Municipal, no matadouro da cidade, no prédio da prefeitura e no aeroporto. Além disso, em cumprimento às

determinações do interventor mineiro, em 1941 foi concluído o Estatuto dos Funcionários Municipais, que estabelecia o pagamento dos salários em dia, além de prever novas regras para o acesso aos cargos públicos e outros procedimentos de burocratização da administração municipal.

Contudo, o fato de um prefeito descendente de comerciantes libaneses conseguir efetuar mudanças “visíveis e bem aceitas pela população” começou a criar um ressentimento nas classes conservadoras, que foi crescendo “à medida que o prefeito se aproximava cada vez mais da política de Vargas e conseguia captar recursos para fazer as melhorias na cidade, o que lhe rendia o apoio da população à sua administração.” (SILVA, 2006, p. 57) Assim, uma luta de representações passou a ser travada para solapar o prestígio de Nassif.

Chartier explica que as representações do mundo social jamais são neutras, mas são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as elaboram, pois o objetivo desse esforço é justamente produzir práticas que procuram impor autoridade, legitimar um projeto ou justificar escolhas e condutas. “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, 1985, p. 17). Deste modo, em Uberaba, os grupos sociais que se sentiam aliados do poder passaram a construir e difundir uma representação sistematicamente desfavorável do prefeito.

Em primeiro lugar, o prefeito era freqüentemente hostilizado por uma parcela dos comerciantes da cidade que rejeitavam sua origem imigrante, afirmando que ele não era um “verdadeiro uberabense”. Posteriormente, o orgulho dos uberabenses mais antigos parece ter sido atingido em dezembro de 1938, quando os distritos de Conceição das Alagoas, Veríssimo, Campina Verde e Campo Florido foram emancipados. Além da simbologia da desagregação do município, essas medidas provocaram perdas na arrecadação (que a prefeitura negava) e, conseqüentemente, certo desgaste à imagem do prefeito entre os

moradores da cidade sede. Além disso, Nassif incomodou profundamente as famílias que haviam herdado grandes terrenos no centro, pois com o início das obras na Avenida Leopoldino de Oliveira, a prefeitura proibira a construção de quaisquer imóveis às margens dos córregos que atravessavam a área urbana, pois a idéia era canalizá-los.

Uma das obras mais controversas da administração de Nassif foi, sem dúvida, a reforma da Praça Rui Barbosa. Até então, a praça central da cidade era circundada por palmeiras frondosas que lhe davam um ar nobre, lembrando os jardins imperiais de D. Pedro II. Mas atento à ideologia progressista do Estado Novo, Nassif decidiu reconfigurar a tradicional praça uberabense, monumentalizando a rejeição ao passado oligárquico e enaltecendo os valores modernos representados pelo novo regime. Esse interesse foi manifestado quando o prefeito afirmou que a Praça Rui Barbosa possuía uma fisionomia provinciana que não se coaduna mais com o progresso moral, intelectual e material da cidade. Mas era óbvio que essa remodelação provocaria reações raivosas nas famílias tradicionais, principalmente naquelas que moravam em torno da praça, pois o “prefeito do Estado Novo”, um filho de imigrante, havia “destruído um marco referencial da cidade, com um valor histórico muito grande” (SILVA, 2006, p. 78).

Evidentemente, o prefeito percebeu a necessidade de manipular os símbolos do poder local para sobreviver no pesado jogo da política na cidade. Em uma das mãos, Nassif não poderia deixar de atender aos interesses dos poderosos pecuaristas. Através de um convênio com o Ministério da Agricultura, na época sob a gestão de Fernando Costa, a prefeitura apoiou a criação de um grande parque que seria batizado com o nome do ministro. Para isso, a administração municipal doou um terreno de 150 mil m² e o governo federal investiu mil contos de réis. As obras começaram em 1939 e o Parque Fernando Costa foi inaugurado em maio de 1941, com a presença de Vargas, de Valadares e de o próprio Fernando Costa.

Em outra mão, ainda buscando sustentar o seu prestígio político, Nassif procurou explorar ao máximo a liturgia de poder estadonovista. Como mostrou Capelato (1998), a teatralização do poder na era Vargas teve um papel fundamental para convocar a adesão dos cidadãos. Através de festas cívicas e esportivas, o Estado buscava forjar o mito de uma sociedade harmônica, ao mesmo tempo em que mascarava as contradições sociais e ocultava as práticas repressivas exercidas para manter o controle social. Em Uberaba, o próprio Nassif fazia questão de organizar as comemorações para associar-se à figura do presidente, mobilizando periodicamente, na Praça Rui Barbosa, pequenas multidões de populares e trabalhadores para prestigiar os desfiles dos alunos das escolas da cidade e ouvir os discursos das autoridades.

A manipulação de imagens e símbolos produzidos pela propaganda do governo Vargas, como as marchas, os uniformes, as palavras do chefe nos discursos no dia 1º de maio, compunham um cenário que transmitia ao povo a sensação de ordem e a idéia de progresso. E em Uberaba essa política se concretizava na organização das festividades públicas em torno do aniversário de Getúlio Vargas, nos desfiles das escolas e das entidades operárias e até mesmo nos discursos inflamados de civismo proferidos pelo prefeito e demais autoridades locais, que depois eram amplamente divulgadas nos jornais. (SILVA, 2006, p. 100)

Mas naquela sociedade conservadora, a elite tradicional acabou vencendo a guerra simbólica. E eis que no dia 14 de junho de 1943, alegando que a família uberabense atravessava uma fase de “grande desarmonia”, o prefeito Whady Nassif desistiu do cargo e solicitou sua exoneração ao interventor mineiro. Dessa forma, vemos que intensidade daqueles focos de oposição nos bastidores acabou por inviabilizar sua governabilidade, demonstrando com isso a força dos grupos tradicionais na política local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação histórica do passado não é imutável. A descoberta de documentos inéditos, a análise histórica dos mesmos eventos sob a luz de novas abordagens teóricas e as relações em retrospectiva que se estabelecem entre as ações de um certo período e suas consequências posteriores – em geral imprevisíveis ou mesmo inimagináveis pelos contemporâneos – fazem com que o passado, que aparentemente se apresenta fixo e definitivo, se mostre, na verdade, como um tempo dinâmico, repleto de ambigüidades e de novas perspectivas de interpretação. A propósito, essa é uma das seduições da História: a possibilidade de ser permanentemente surpreendido em territórios que se imaginava conhecer.

Percebe-se que desde 2001, uma nova geração de historiadores acadêmicos vinculados à perspectiva da história social e cultural estabeleceram enfoques inéditos para a historiografia local, sobretudo no que diz respeito ao final do século XIX e primeira metade do século XX, como vemos nas obras de Fontoura (2001), Riccioppo (2003), Souza Silva (2004), Oliveira Silva (2006) e Vinhal Wagner (2006), citados neste trabalho, e também nas pesquisas de Saraiva e Silva (1998), Bittar (2005), Rischitelli (2005), Lacerda Filho (2006) e Dantas (2009) e Fonseca (2010), que discutiram temáticas também relacionadas à história da cidade no contexto regional.

A historiografia de Uberaba e do Triângulo Mineiro precisa de mais estudos no campo da História Cultural e Social. Quais foram os empreendimentos de violência simbólica mais empregados pelas elites locais para legitimar a sua supremacia nessa sociedade? De que modo as práticas e representações políticas das oligarquias foram ressignificadas pelos habitantes? Como os eleitores interpretaram as disputas partidárias das oligarquias? Quais foram as estratégias de resistência firmadas pelos marginais e imigrantes diante as práticas de coerção social e xenofobia no final do século XIX e início do XX? Quais foram, como atuaram e como foram sufocadas as forças contra-hegemônicas na primeira metade do século XX? Quais foram os modelos e ideais políticos derrotados naquele

período? Muitas são as questões que devem ser problematizadas para compreendermos as tensões que forjaram uma sociedade com as características que ainda hoje marcam a sociedade de Uberaba. As perspectivas da História Cultural e Social oferecem uma oportunidade interessante para inspirar novas interpretações. E ao sistematizar algumas das pesquisas recentemente defendidas em programas de mestrado e doutorado em História, o presente trabalho espera contribuir para inspirar novos trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi: Anthropos – Homem*, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BITTAR, José Eduardo. *Educação religiosa versus laicismo: o “Correio Católico” e as escolas do Triângulo Mineiro 1930-1945*. 2005. 89 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. [Introdução organização e seleção de Sérgio Miceli]. p. 14.

CAPELATO, Maria H. R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 jun. 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985. p. 17.

DANTAS, Sandra Mara. *A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2009. 217 f. Tese. (Doutorado

em História). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

DIÁRIOS da Câmara dos Deputados. Sessão: 22/10/28. Publicação: 23/10/52. p. 3939-3941.

FERREIRA, Orlando. *Terra Madrasta: um povo infeliz*. Uberaba: O Triângulo, 1928. p. 29.

FONTOURA, Sonia Maria. *A invenção do inimigo: Racismo e Xenofobia em Uberaba 1890 a 1942*. 2001. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

FONSECA, André Azevedo da. *A Consagração do mito Mário Palmério no cenário político do Triângulo Mineiro (1940-1950)*. 2011. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2011.

FONSECA, André Azevedo da. *A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

LACERDA FILHO, Mozart. *Os caminhos, as pessoas, as ideias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração*. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 215.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: Edufu, 2005.

MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. 2 ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MONTEIRO, Norma Góes. *Imigração e colonização em Minas: 1889-1930*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

NICOLAU, Jorge. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 34.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. 2 ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. *Uberaba: uma trajetória socioeconômica (1811-1910)*. 1983. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1983.

RICCIOPO, Thiago. *Caminhando pelo pântano sagrado: imaginário, conflitos políticos e religiosos em Uberaba/MG por meio da análise da obra de Orlando Ferreira (1912-1948)*. 2003. 77 f. Monografia (Especialização em História) – Universidade de Franca, Franca, 2003.

RISCHITELI, Augusto Bragança Silva. *Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antonio Borges Sampaio (1880-1908)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

SAMPAIO, Borges. *Uberaba, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, Heladir Josefina Saraiva e. *Representação e vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890-1920)*. 1998. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 1998.

SILVA, Luzia Maria de Oliveira. *Whady José Nassif na prefeitura de Uberaba: a administração pública municipal no Estado Novo*. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, Marcelo de Souza. *A Lei e a (des)ordem: criminalidade e práticas da Justiça na Comarca de Uberaba, MG (1890 - 1920)*. 2004. 127 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2004.

VAI ser completamente remodelada a praça Rui Barbosa. *Lavoura e Comércio*. n. 8367. Ano XLI. Uberaba, 20 jan 1940. p. 5. Colunas: 2-6.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. *Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1950*. 2006.

151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.